

Nota Técnica

PRESENÇA DE MILITARES EM CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS DO EXECUTIVO FEDERAL

Nº 63

Diest

Diretoria de Estudos e Políticas do
Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Setembro de 2022



Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Erik Alencar de Figueiredo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

André Sampaio Zuvanov

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flavio Lyrio Carneiro

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Junior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

João Maria de Oliveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Herton Ellery Araújo

Diretor de Estudos Internacionais

Paulo de Andrade Jacinto

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação (substituto)

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2022

EQUIPE TÉCNICA

Flávia de Holanda Schmidt

Técnica de planejamento e pesquisa no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *E-mail*: <flavia.schmidt@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdiest63>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 MILITARIZAÇÃO NA BUROCRACIA?	5
3 EVOLUÇÃO DA PRESENÇA DE MILITARES EM CARGOS EM COMISSÃO NO EXECUTIVO FEDERAL	6
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	23
ANEXO A	24
APÊNDICE A	34
APÊNDICE B	39

1 INTRODUÇÃO¹

Esta nota técnica tem como objetivo apresentar dados sobre a presença de militares na ocupação de cargos em comissão no Poder Executivo federal brasileiro. A elaboração deste trabalho parte do pressuposto de que o debate atual sobre a presença dos militares na burocracia tem sido em torno da atuação deles em cargos ou funções civis. A partir de um conjunto de dados produzido no escopo do Atlas do Estado Brasileiro,² são apresentadas estatísticas descritivas que permitem, de forma inédita, até onde foi possível ter conhecimento, observar longitudinalmente a trajetória da presença desse grupo especial de servidores na ocupação de cargos no Executivo federal, entre 2013 e 2021.

Assim, esta nota técnica se soma aos esforços de pesquisa sobre a burocracia empreendidos nos últimos anos no âmbito da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

Nesse campo de estudos, assim como no debate público e legislativo em curso no momento de elaboração deste trabalho, considera-se que a depuração inicial dos dados aqui feita é uma etapa necessária para que seja possível discutir de modo mais substantivo quais seriam os aspectos particulares e as eventuais repercussões da presença de militares como parte da burocracia. A militarização do Estado pode manifestar-se em diversas dimensões, como já sugerido pela literatura,³ sendo uma destas a ocupação de cargos. Em termos metodológicos, o acompanhamento longitudinal agregado e desagregado da ocupação de cargos em comissão por militares é essencial para operacionalizar essa possível dimensão que a militarização pode ter. Reputa-se importante que mais estudos se dediquem a entender e depurar outras possíveis vias de militarização e os eventuais impactos desse possível fenômeno no processo de produção de políticas públicas. Nesta nota técnica, são realizadas análises quantitativas iniciais, de natureza descritiva.

2 MILITARIZAÇÃO NA BUROCRACIA?⁴

No Brasil, a sociedade e a classe política demonstram um interesse pouco estruturado sobre pautas especificamente relacionadas à defesa nacional. Contudo, desde 2019, difundiu-se mais amplamente um debate sobre a presença de militares no governo. Esse foco, ainda que indiretamente possa levar os olhares de forma mais intensa para a pauta da defesa nacional, tem estado mais voltado para esforços de compreensão dos papéis desempenhados pelos militares fora dos quartéis que em entender e avaliar a efetividade e o sentido ao que eles fizeram, têm feito e seguem fazendo nos quartéis.

A ocupação de cargos fora do âmbito das Forças Armadas (FAs) por militares é prevista na Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e no Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/1980), em duas situações: caso sejam titulares de mandatos eletivos ou pela posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária não eletiva. Além da CF/1988 e do Estatuto dos Militares, um novo conjunto de normas no período recente dedicou-se a tratar da ocupação de cargos e funções civis por militares. A figura 1 dispõe esses atos em uma linha do tempo não exaustiva.

1. A autora agradece a Félix Lopez e Rodrigo Fracalossi de Moraes os comentários e as sugestões feitos à versão inicial deste trabalho. Registra também o suporte de Ademar Pires Guedes e dos demais membros da equipe do Atlas do Estado Brasileiro no tratamento dos dados.

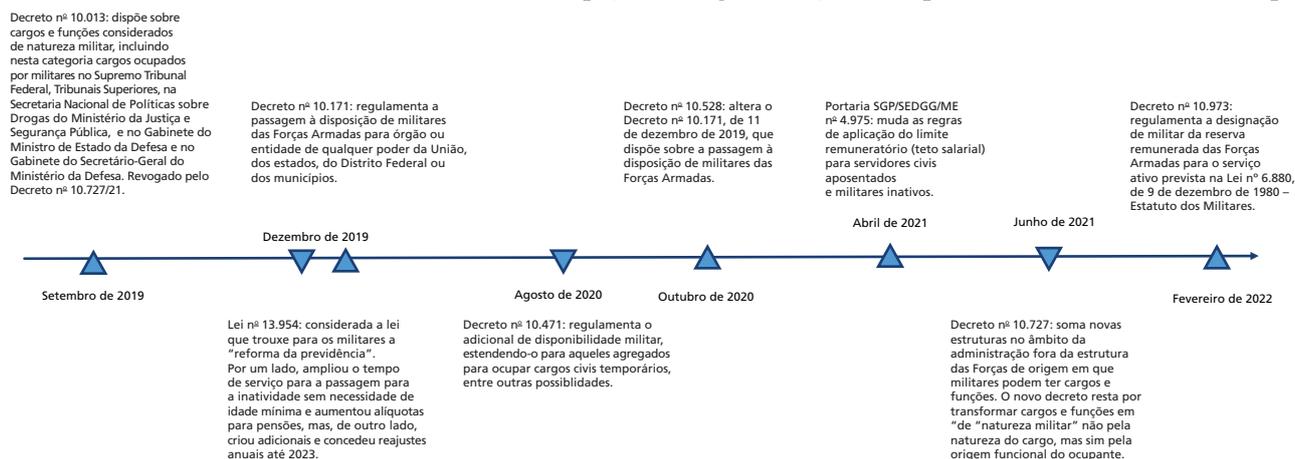
2. Disponível em: <<https://bit.ly/3AFZlWT>>.

3. A militarização é definida por Lutz (2018, p. 1-4, tradução nossa) como “um processo que envolve uma intensificação do trabalho e dos recursos alocados para finalidades militares, incluindo-se a formatação de outras instituições em sincronia com objetivos militares”, havendo naturalmente definições concorrentes, complementares e alternativas. Penido e Kalil (2021) propuseram recentemente possíveis sentidos para a militarização como formas de penetração militar no Estado, inspiradas em Mathias (2004): i) a presença física das forças de segurança nas ruas das cidades, contando com contingentes das FAs, de polícias civis e militares e de guardas municipais, bem como com uma enorme rede de segurança privada; ii) a ocupação de cargos no sistema político, sejam estes de forma eletiva ou por indicação; iii) a transposição de doutrinas formuladas pelos militares para outros ambientes, por meio de políticas governamentais; iv) a transferência de valores castrenses para a administração, o que impôs determinado *ethos*; e v) a tendência a militarizar todo e qualquer problema, pela utilização das polícias ou das FAs em questões que são de outras esferas do Estado, vindo por lentes militares toda e qualquer questão.

4. Nesta seção, são recuperados alguns pontos já apresentados em Schmidt (2022), mas considerados importantes para a contextualização dos dados apresentados.

FIGURA 1

Atos do Executivo federal relacionados à ocupação de cargos e funções civis por militares: uma linha do tempo



Elaboração da autora.

Como exposto na figura 1, há um conjunto de normas que expande as possibilidades da presença de militares na *burocracia civil*, que aponta para aumentar a possível militarização da burocracia em curso. A próxima seção desta nota técnica apresenta os resultados descritivos do exercício feito para mensurar a presença de militares na ocupação de cargos em comissão no Poder Executivo federal brasileiro.

3 EVOLUÇÃO DA PRESENÇA DE MILITARES EM CARGOS EM COMISSÃO NO EXECUTIVO FEDERAL

Em 2020, foi realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) um levantamento que indicava a existência de 6.157 militares no governo nesse ano e recuperava a evolução da presença desses militares em diferentes tipos de situações de ocupação de cargos civis. A operacionalização adotada pela corte de contas identificava "as situações de militares ativos ou inativos que estão recebendo vencimentos/proventos em órgãos civis". Os dados elaborados são expostos na tabela 1.

TABELA 1

Militares exercendo funções civis na administração pública federal

Situação	2016	2017	2018	2019	2020	Aumento (2016-2020)	% (2016-2020)
Cargo comissionado-req	1.965	1.946	1.934	2.324	2.643	678	34,5
Professor	197	157	63	174	179	-18	-9,1
Saúde	642	773	718	909	1.249	607	94,5
Contrato temporário	32	23	16	23	37	5	15,6
Conselho	-	-	-	-	8	8	-
Serviço público antes Emenda Constitucional (EC) nº 20	121	121	34	85	72	-49	-40,5
Contrato temporário – Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	-	-	-	1.969	1.969	-
Total	2.957	3.020	2.765	3.515	6.157	3.200	102,2

Fonte: TCU, 2020.

Os dados indicam que, em 2020, 1.969 dos militares identificados são inativos que foram contratados por tempo determinado para atuarem no INSS.⁵ Outro grupo representativo identificado são os 1.249 militares que acumulam cargos civis como profissionais de saúde, seguidos dos 179 militares que atuam como docentes. A soma desses três grupos representa 55,2% dos 6.157 militares identificados pelo TCU.⁶

Contudo, é razoável supor que os 2.643 militares que foram identificados como recebendo proventos ou vencimentos por ocuparem cargos em órgão civil estejam no centro da recente preocupação social sobre o tema. Em primeira análise, pelos dados apresentados na tabela 1, esse contingente representaria expansão de 34,5% em 2020, em relação ao quantitativo existente em 2016. Ainda que o aumento seja numericamente expressivo, qualificações adicionais concernentes aos níveis decisórios dos cargos ocupados são necessárias para avaliar se essa trajetória é ou não relevante para o processo de produção de políticas públicas.

A redação desta nota técnica foi possível a partir da recente disponibilização, no Portal da Transparência,⁷ de microdados dos militares, o que permitiu um cotejamento com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape).⁸ A base de dados resultante dessa associação indica os registros nesse sistema de servidores, também identificados na folha de pagamento de qualquer uma das FAs entre 2013 e 2021, período para o qual os dados estavam disponíveis no início da elaboração deste trabalho. Desse modo, foi possível obter um conjunto amplo de informações sobre a evolução da presença dos militares na ocupação de cargos, qualificando-se de forma mais abrangente a sugerida militarização em curso por essa via.

Os achados desse exercício metodológico igualmente convergem, *a priori* e de forma *agregada*, para a indicação da trajetória de aumento de militares em cargos e funções comissionadas anteriormente feitas pelo TCU. Essa indicação mais geral é apresentada na tabela 2. Usando-se como referência o mesmo período revisitado pelo tribunal, entre 2016 e 2020, teria havido incremento de quase 30% na presença de militares em cargos e funções comissionadas. Para todo o período adotado neste trabalho – entre 2013 e 2021 –, a expansão é de 59%.

TABELA 2

Quantitativo de militares identificados em cargos registrados no Siape (2013-2021)

Tipo de cargo ou funções	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cargo comissionado de gerência executiva	8	8	7	7	6	3	4	10	11
Cargo comissionado de assessoria	8	8	7	7	6	6	6	5	7
Cargo comissionado de assistência	9	8	8	7	3	2	1	2	2
Cargo comissionado de direção	2	2	1	2	1	1	1	1	3
Cargo comissionado de técnico	-	1	5	8	11	9	16	14	15
Cargo comissionado temporário	-	-	-	-	1	2	4	1	3
Cargo de direção (CD) no Ifes	10	11	12	11	20	18	20	26	32
Cargo de assessoria (CA)/APO	-	4	4	4	-	-	-	-	-
Cargo de diretor técnico (CDT)/APO	1	1	1	1	1	1	-	-	-
Cargo de natureza especial (NS)	6	6	6	6	6	6	12	13	14
Cargo de superintendente (CSP)/APO	1	2	3	3	1	1	1	-	-
Cargo de supervisor (CSU)/APO	2	11	10	9	1	3	3	-	-
Direção e assessoramento superior (DAS)	303	345	345	346	313	349	581	689	683
Função comissionada (FC) no DNIT	-	-	-	2	-	-	-	-	-
FC no INSS	-	-	1	3	2	-	-	-	-

(Continua)

5. No caso do INSS, por exemplo, foram abertas, pelo edital de 2020, 7.797 vagas de concorrência entre militares inativos e aposentados pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, de modo que 25% das vagas disponibilizadas restaram ocupadas por militares inativos. Trata-se de uma possibilidade que foi aberta pela Lei nº 13.954/2019, que simultaneamente promoveu, para a categoria, uma “reforma da previdência”, ao ampliar tempo de serviço para a passagem para a inatividade sem necessidade de idade mínima e aumentar alíquotas para pensões, mas, em contrapartida, criou adicionais e concedeu reajustes anuais de soldos até 2020, bem como reajustes dos percentuais sobre o soldo a título de adicional de habilitação com aumentos anuais até 2023. A contratação para o desempenho de atividades de natureza civil em órgãos públicos em caráter voluntário e temporário enseja um adicional de 30% da remuneração, por um período máximo de oito anos, consecutivos ou não.

6. Esses três grupos ensejam situações bastante distintas, que cabem como objeto específico de observação em futuros estudos sobre o tema.

7. Disponível em: <<https://bit.ly/3umRLTw>>.

8. Ressalta-se que, embora já existisse no Siape na categoria *situação de vínculo* as situações *militar* e *requisitado militar*, diversos casos não apareciam como vinculados a esta.

(Continuação)

Tipo de cargo ou funções	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Função de confiança – gratificação Decreto-Lei nº 2355-Emp	-	-	-	-	-	-	-	2	3
Função comissionada do Poder Executivo (FCPE)	-	-	-	-	22	32	42	54	59
FC técnica	-	1	1	3	5	7	10	8	7
FC na Telebras	-	-	-	-	-	-	-	11	5
Função de assessoria e apoio	-	-	-	53	55	42	46	44	49
Função de gestão	-	-	-	12	14	14	15	11	7
Função dirigente na EBSEH	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Função gratificada – honorário de dirigente de empresa	-	-	-	-	-	-	3	4	4
Função gratificada	8	15	24	37	49	51	65	82	87
Função gratificada no Ceitec	-	-	-	-	-	-	1	1	1
Função gratificada (Lei nº 8.216/1991)	10	15	29	33	43	42	52	48	47
Função técnica (FT)	-	-	-	32	32	29	31	33	30
FT/APO	-	-	-	-	-	5	4	-	-
Grat. Serv Ext/Censo 96 – temporária	-	-	-	2	4	9	8	14	12
Gratificação de representação de gabinete – apoio (PR/VPR)	-	-	1	1	3	2	2	2	2
Gratificação de representação de gabinete – militar	397	450	458	483	473	508	514	535	527
Gratificação de representação de gabinete (ministério)	-	-	1	1	1	-	-	-	-
Gratificação de representação de gabinete – apoio militar	1.142	1.178	1.226	1.252	1.150	1.224	1.306	1.411	1.427
Gratificação de função de confiança	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Gratificação de representação	-	-	-	-	2	1	1	1	-
Gratificação temporária	2	3	2	3	3	3	1	-	-
Plano de funções gratificadas	-	-	1	-	2	2	2	-	2
Total de cargos identificados	1.909	2.069	2.153	2.330	2.230	2.372	2.752	3.022	3.041

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>. Elaboração da autora.

Obs.: 1. Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

2. APO – Autoridade Pública Olímpica; Ifes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Ceitec – Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada; PR – Presidência da República; e VPR – Vice-Presidência da República.

3. O conteúdo desta tabela foi mantido conforme o original disponibilizado pelo Atlas do Estado Brasileiro.

4. No anexo B, estão relacionados outros quantitativos de militares *sem informação* de função, mas que estão registrados no Siape. Explorações adicionais desses dados serão feitas em trabalhos futuros, com o objetivo de identificar se também há sentido analítico em considerar esses efetivos como expressão adicional da presença de militares em órgãos civis, também com eventuais repercussões no processo de produção de políticas públicas.

Para os fins das análises desta nota técnica, contudo, algumas segregações distintas das adotadas pelo TCU serão feitas nesse conjunto amplo de cargos e funções indicadas na tabela 2. A primeira é separar dos totais observados a cada ano os números que se referem a cargos e funções militares, aqui entendidas como aquelas ocupadas privativamente por militares. Se o cerne da discussão social – e do debate legislativo decorrente – é a presença de militares em *cargos e funções civis*, é razoável que a análise seja feita desagregando esses grupos.⁹ Assim, a tabela 3 reinterpreta os dados da tabela 2 com essa segregação em dois grupos.

TABELA 3

Presença de militares em cargos e funções comissionados: cargos e funções civis e cargos e funções militares (2013-2021)

Tipo de cargo ou função	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cargo comissionado de gerência executiva	8	8	7	7	6	3	4	10	11
Cargo comissionado de assessoria	8	8	7	7	6	6	6	5	7
Cargo comissionado de assistência	9	8	8	7	3	2	1	2	2
Cargo comissionado de direção	2	2	1	2	1	1	1	1	3
Cargo comissionado de técnico	-	1	5	8	11	9	16	14	15
Cargo comissionado temporário	-	-	-	-	1	2	4	1	3
CD no Ifes	10	11	12	11	20	18	20	26	32
CA/APO	-	4	4	4	-	-	-	-	-
CDT/APO	1	1	1	1	1	1	-	-	-
Cargo de NS	6	6	6	6	6	6	12	13	14
CSP/APO	1	2	3	3	1	1	1	-	-
CSU/APO	2	11	10	9	1	3	3	-	-
DAS	303	345	345	346	313	349	581	689	683
Estágio na empresa	-	-	-	-	-	-	1	1	1
FC no DNIT	-	-	-	2	-	-	-	-	-
FC no INSS	-	-	1	3	2	-	-	-	-
Função de confiança – gratificação DL 2355-Emp	-	-	-	-	-	-	-	2	3
FC de coordenação de curso	7	9	14	14	24	24	23	37	40
FC de grandes eventos	-	-	1	1	1	-	-	-	-
FC do Banco Central do Brasil (BCB)	-	-	2	3	4	5	5	9	8
FC do Inpi	-	1	1	3	-	-	-	-	-
FC do Poder Executivo	-	-	-	-	22	32	42	54	59
FC técnica	-	1	1	3	5	7	10	8	7
FC na Telebras	-	-	-	-	-	-	-	11	5
Função de assessoria e apoio	-	-	-	53	55	42	46	44	49
Função de gestão	-	-	-	12	14	14	15	11	7
Função de dirigente na EBSEH	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Função gratificada honorária dirigente empresa	-	-	-	-	-	-	3	4	4
Função gratificada	8	15	24	37	49	51	65	82	87
Função gratificada no Ifes	22	31	62	86	104	113	140	104	115
Função gratificada no Ceitec	-	-	-	-	-	-	1	1	1
Função gratificada (Lei nº 8.216/1991)	10	15	29	33	43	42	52	48	47
FT	-	-	-	32	32	29	31	33	30
FT/APO	-	-	-	-	-	5	4	-	-
Grat serv ext/Censo-96 – temporária	-	-	-	2	4	9	8	14	12
Gratificação de representação de gabinete – apoio (PR/VPR)	-	-	1	1	3	2	2	2	2
Gratificação de representação de gabinete – militar	397	450	458	483	473	508	514	535	527
Gratificação de representação de gabinete (ministério)	-	-	1	1	1	-	-	-	-

(Continua)

Tipo de cargo ou função	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Gratificação de representação de gabinete – apoio militar	1.142	1.178	1.226	1.252	1.150	1.224	1.306	1.411	1.427
Gratificação de função de confiança	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Gratificação de representação	-	-	-	-	2	1	1	1	-
Gratificação temporária	2	3	2	3	3	3	1	-	-
Plano de funções gratificadas	-	-	1	-	2	2	2	-	2
Sem informação	2.473	3.498	4.661	5.546	6.207	6.318	6.734	6.536	7.434
Sem vínculo	1.177	1.728	2.305	2.685	2.945	2.783	2.869	398	34
Ativo permanente	864	1.232	1.450	1.659	1.801	1.928	2.037	2.134	2.150
Natureza especial	1	1	1	1	1	2	9	9	8
Req. militar F. Arm	13	19	22	23	68	82	89	84	105
Req. de outros órgãos	3	10	25	28	13	6	6	2	2
Aposentado temporário	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Aprendiz	2	5	3	2	8	8	2	3	2
Ativo em outro órgão	8	8	7	7	10	13	15	23	26
CDTs emergenciais	-	-	-	-	-	-	-	12	-
CDT PROF/TUT. médico	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Cedido ao SUS (Lei nº 8.270)	70	66	58	52	49	46	43	34	35
Cedido/requisitado	4	2	2	2	4	4	4	6	5
Celetista/empregado	53	113	441	655	789	935	1130	1191	1299
CLT na ANS – Decreto nº 6.657/2008	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Colab. PCCTAE e magis	-	-	-	-	-	1	4	2	2
Contrato de professor substituto	83	118	129	158	136	140	137	90	66
Contrato de professor temporário	56	26	23	18	6	5	4	5	4
Contrato de professor visitante	-	1	2	-	1	4	3	1	1
Contrato temporário pela CLT	-	-	1	7	-	3	3	80	202
Contrato temporário	127	154	179	229	358	335	355	331	410
Emprego público	4	4	-	-	-	-	-	-	-
Estagiário no Sigepe	-	-	-	-	-	-	-	-	100
Excedente (lotação)	2	2	1	1	-	1	-	-	-
Exerc descent carrei	1	4	5	9	6	6	4	5	3
Exercício do inciso 7, art. 93 da Lei nº 8.112	1	2	2	2	2	2	3	5	8
Exercício provisório	3	2	4	7	9	13	16	18	24
Militares (temporário)	-	-	-	-	-	-	-	24	993
Residência e PMM	-	-	-	-	-	-	-	2.076	1.952
Total geral	4.411	5.608	6.894	7.983	8.570	8.832	9.655	9.709	10.639
Total de militares em cargos civis	370	441	467	593	603	638	930	1.074	1.085
Total de militares em cargos militares	1.539	1.628	1.686	1.737	1.627	1.734	1.822	1.948	1.956
Total de cargos ocupados por militares	1.909	2.069	2.153	2.330	2.230	2.372	2.752	3.022	3.041

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>. Elaboração da autora.

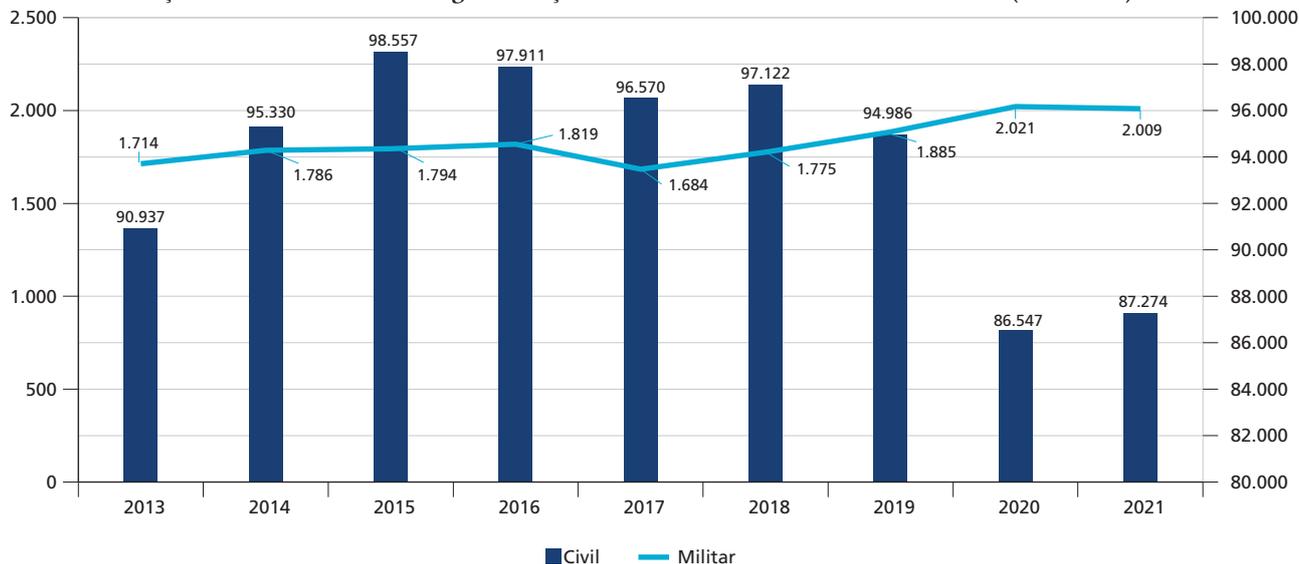
Obs.: 1. Inpi – Instituto Nacional da Propriedade Industrial; SUS – Sistema Único de Saúde; CLT – Consolidação das Leis do Trabalho; ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar; PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e Sigepe – Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal.

2. O conteúdo desta tabela foi mantido conforme o original disponibilizado pelo Atlas do Estado Brasileiro.

A análise da tabela 3 mostra que a presença de militares, considerando apenas os cargos e as funções civis, quase triplicou entre 2013 e 2021. Contudo, a trajetória de expansão parece não ter se dado apenas na presença de militares em cargos e funções civis, posto que o número de cargos e funções militares tem expansão de 27,1% nesse período. Cabe a ressalva, contudo, que as tabelas 2 e 3 apenas mostram os quantitativos de cargos e funções que são ocupados por militares. De outro modo, o comportamento do número de cargos e funções militares precisa ser comparado com a trajetória do total de cargos e funções “civis” do Executivo federal, para que haja validade na comparação. Essa comparação é feita no gráfico 1.

GRÁFICO 1

Evolução do número total de cargos e funções civis e militares no Executivo federal (2013-2021)



Fontes: Painel Estatístico de Pessoal do Ministério da Economia (PEP/ME) e Siape.

Elaboração da autora.

Obs.: 1. Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

2. A lista de cargos e funções agregados em cada um dos subconjuntos é apresentada nos quadros A.1 e A.2 do anexo A desta nota técnica.

Na comparação entre a evolução do número total de cargos e funções civis com o número total de cargos e funções militares é evidenciado que, ainda que com variações intraperíodo, houve expansão no caso destes e contração no caso daqueles entre 2013 e 2021. Os cargos e as funções militares no Executivo federal aumentaram 17,2%, e os cargos e as funções civis apresentaram redução de 4%. Assim, outro achado dos dados apresentados até aqui é que, considerando-se que o número total de cargos e funções civis se retraiu no período de análise, a expansão percentual dos militares como ocupantes desses cargos tem ainda mais relevância.

Esse aspecto é destacado, posto que ignorá-lo pode resultar em uma percepção impressionista a respeito do fenômeno em discussão. Inicialmente, é então possível afirmar, a partir dos dados analisados até aqui, que, de forma *agregada*, houve entre 2013 e 2021 aumento da presença de militares como ocupantes de cargos e funções no Executivo federal. Esse aumento se deu em duas frentes simultâneas: uma pelo aumento do número de cargos e funções militares em si e outra pelo aumento da presença de militares como ocupantes de cargos e funções civis.

Na subseção 3.1, são feitas qualificações adicionais e mais detalhadas do conjunto de dados apresentado sobre militares em cargos e funções civis.

3.1 Fora dos quartéis? Onde?

Para os objetivos desta nota técnica, a análise deste ponto em diante será limitada aos cargos e às funções civis em agências reguladoras, aos NS, à DAS, às FCPE e às empresas estatais federais que estão registradas no Siape.¹⁰ Cargos comissionados de gerência executiva, assessoria, assistência e direção são específicos para agências reguladoras, nos

10. Foram identificados no Siape apenas cargos e funções comissionadas das empresas dependentes do Tesouro Nacional e do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Entre as dependentes, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), empresa pública dependente vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando do Exército, é a única cujos cargos e funções não foram identificados no Siape. Contudo, em pesquisa feita na página da empresa em maio de 2022, foi identificado que todos os seis cargos de diretoria são atualmente ocupados por oficiais gerais ou superiores da reserva remunerada do Exército brasileiro. Como os cargos e funções das demais firmas estatais não dependentes não puderam ser acessados para este estudo, é razoável supor que existam militares nesse conjunto de organizações, o que implica que os números aqui apresentados podem ser subestimados. Além da Imbel, uma pesquisa nas páginas das Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), da Emgeron e da Casa da Moeda, feita também em maio de 2022, indicava a presença de oficiais gerais ou superiores da reserva remunerada em posições de direção.

termos da Lei nº 9.886/2000. As FCPEs foram criadas pela Lei nº 13.346/2016 pela conversão de DAS via apostilamento, de modo que, para fins de comparação longitudinal, há sentido em somá-las com os DAS. Na tabela 4, são expostos os números de militares identificados pela metodologia adotada que ocuparam esse subconjunto de cargos ou funções comissionadas, para o período analisado, por tipo de cargo ou função.

TABELA 4
Ocupação de cargos por militares (2013-2021)

Tipo de cargo ou função	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	% (2013-2021)
Cargo comissionado de gerencia executiva	8	8	7	7	6	3	4	10	11	37,5
Cargo comissionado de assessoria	8	8	7	7	6	6	6	5	7	-12,5
Cargo comissionado de assistência	9	8	8	7	3	2	1	2	2	-77,8
Cargo comissionado de direção	2	2	1	2	1	1	1	1	3	50,0
Cargo comissionado de técnico		1	5	8	11	9	16	14	15	n.a.
Cargos em agências reguladoras – subtotal	27	27	28	31	27	21	28	32	38	40,7
Cargo de NS	6	6	6	6	6	6	12	13	14	133,3
NS – subtotal	6	6	6	6	6	6	12	13	14	133,3
DAS	303	345	345	346	313	349	581	689	683	125,4
FCPE	-	-	-	-	22	32	42	54	59	n.a.
DAS + FCPE – subtotal	303	345	345	346	335	381	623	743	742	144,9
Função de confiança – gratificação Decreto-Lei nº 2.355-Emp	-	-	-	-	-	-	-	2	3	n.a.
FC na Telebras	-	-	-	-	-	-	-	11	5	n.a.
Função de assessoria e apoio	-	-	-	53	55	42	46	44	49	n.a.
Função de gestão	-	-	-	12	14	14	15	11	7	n.a.
Função dirigente na EBSEH	-	-	-	-	-	-	-	-	2	n.a.
Função de gratificação de honorário de dirigente de empresa	-	-	-	-	-	-	3	4	4	n.a.
Função gratificada	8	15	24	37	49	51	65	82	87	987,5
Função gratificada no Ceitec	-	-	-	-	-	-	1	1	1	n.a.
Função técnica	-	-	-	32	32	29	31	33	30	n.a.
Gratificação de função de confiança	-	-	-	2	-	-	-	-	-	n.a.
Plano de funções gratificadas	-	-	1		2	2	2	-	2	n.a.
Cargos em empresas estatais federais – subtotal	8	15	25	136	152	138	163	188	190	2.275,0
Total	344	393	404	519	520	546	826	976	984	186,0

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>.

Elaboração da autora.

Obs.: 1. n.a. – não aplicável.

2. Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

3. O conteúdo desta tabela foi mantido conforme o original disponibilizado pelo Atlas do Estado Brasileiro.

A observação da trajetória dos cargos agregados e em valores absolutos aponta para tendência de expansão do número de militares como ocupantes desses cargos, tal como detalhados na tabela 4. No caso dos cargos de NS, o número de ocupantes dobrou, saltando de seis, em 2013, para quatorze, em 2021.¹¹ Na ocupação de cargos de DAS e FCPEs, da mesma forma, houve aumento expressivo, iniciado já entre 2014 e 2018. A partir de 2019, contudo, o número de militares ocupantes desses cargos aumenta mais de 60% em relação a 2018. Em 2020 e 2021, o número atinge o ápice do período analisado, com 743 e 742 cargos, respectivamente. Os cargos em agências reguladoras eram 27, em 2013, e 38, em 2021. A maior expansão proporcional, contudo, foi observada na ocupação de militares nas empresas estatais federais, que passou de oito, no início do período, para 190, ao final.

11. Cabe destacar que, entre os cargos de NS existentes no Executivo federal, existem três cargos considerados civis, mas necessariamente sempre ocupados por militares, posto que privativos de oficiais-generais do último posto da respectiva força, nos termos da Lei Complementar (LC) no 97/1999: comandante da Marinha (NES 004.5); comandante do Exército (NES 004.5); e comandante da Aeronáutica (NES 004.7).

A tabela 5 indica a evolução da participação dos militares no total de cargos de NS, DAS e FCPEs, ano a ano. Confirma-se assim, em termos relativos, que esse grupo cresceu no período analisado como parcela dos ocupantes de cargos no Executivo federal. No caso dos ocupantes de cargos DAS e FCPE, a proporção teve trajetória consistentemente ascendente em todo o período, com queda discreta entre 2020 e 2021. É observado, contudo, um incremento mais substantivo entre 2018 e 2019.

No caso dos cargos de NS, que são o mais alto nível hierárquico da estrutura de cargos em comissão do Poder Executivo federal, a tabela 5 analogamente indica uma trajetória ascendente no período, mas novamente se observa que a maior variação positiva se deu entre 2018 e 2019, persistindo em aumentos mais discretos nos dois anos subsequentes, sendo 2021 o ápice da série.

TABELA 5

Evolução da participação de militares na ocupação de cargos de NS, DAS e FCPE (2013-2021)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição percentual (2013-2021)
Total de DAS	22.440	22.810	22.661	20.834	11.359	11.278	10.186	10.136	10.429	n.a.
Total de FCPEs	0	0	0	0	8.962	11.462	11.333	11.904	12.191	n.a.
Soma de DAS + FCPEs	22.440	22.810	22.661	20.834	20.321	22.740	21.519	22.040	22.620	0,8
Número de militares em cargos de DAS e FCPEs	303	345	345	346	335	381	623	743	742	144,9
Militares em cargos de DAS e FCPE (%)	1,35	1,51	1,52	1,66	1,65	1,68	2,90	3,37	3,28	n.a.
NS – total	95	96	97	71	81	79	87	85	88	-7,4
Número de militares em cargos de NS	6	6	6	6	6	6	12	13	14	133,3
Militares em cargos de NS (%)	6,32	6,25	6,19	8,45	7,41	7,59	13,79	15,29	15,91	n.a.

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência, do Siape e do PEP/ME. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>. Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

A tabela 6 repete a análise para os cargos em comissão em agências reguladoras. Há, para esse grupo de cargos, um padrão mais errático no percentual dos cargos ocupados por militares ao longo do período revisitado, mas observa-se um padrão também observado nas tabelas antecedentes: o aumento da participação relativa a partir de 2019. A variação do período foi de 40,7%.

TABELA 6

Evolução da participação de militares na ocupação de cargos em agências reguladoras (2013-2021)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição percentual (2013-2021)
Cargos de DAS em agências	1.044	1.012	979	994	961	930	985	960	948	-9,2
Cargos técnicos em agências	1.830	2.001	2.114	2.195	2.254	2.247	2.442	2.418	2.457	34,3
Cargos em agências reguladoras	2.874	3.013	3.093	3.189	3.215	3.177	3.427	3.378	3.405	18,5
Número de militares	27	27	28	31	27	21	28	32	38	40,7
Militares em cargos em agências reguladoras (%)	0,9	0,9	0,9	1,0	0,8	0,7	0,8	0,9	1,1	n.a.

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência, do Siape e do PEP/ME. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>. Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

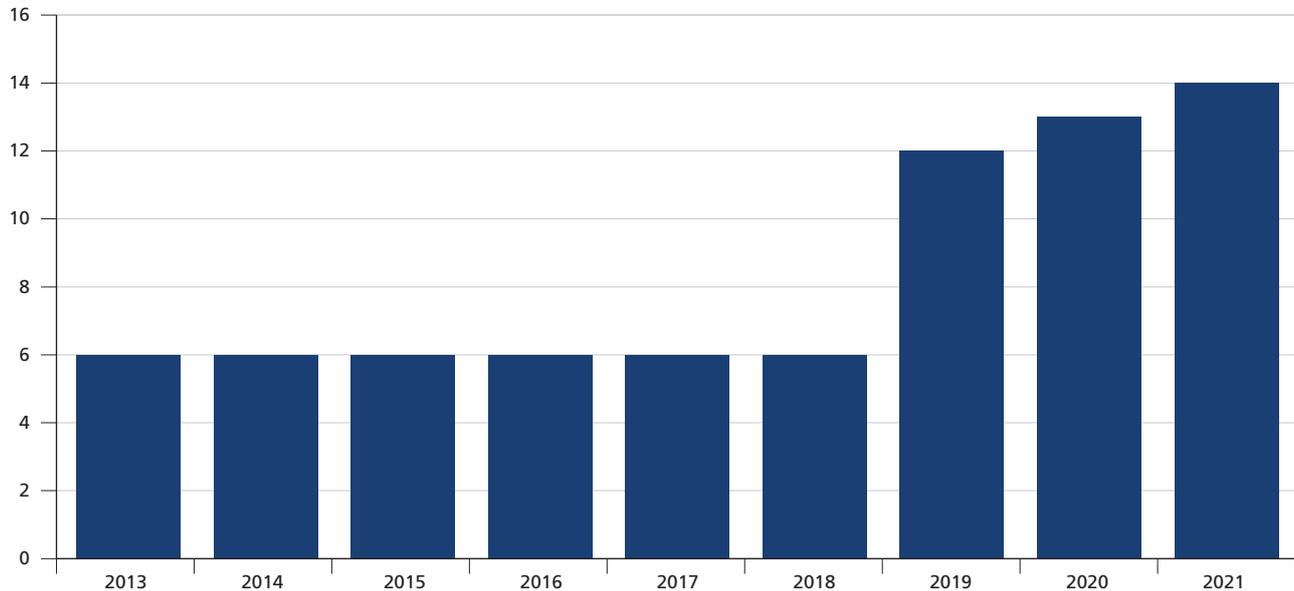
O restante desta seção explora mais detalhadamente os diferentes cargos e como tem sido a trajetória de ocupação de cargos e funções comissionadas por militares em órgãos, empresas e áreas de política pública. A análise será realizada de modo desagregado para os diferentes grupos de cargos.

3.1.1 Cargos de natureza especial

Os cargos de NS são geralmente tratados como os cargos de “primeiro e segundo escalão” no Executivo federal. Entre os cargos e as funções analisados nesta nota técnica, são estes os cargos com a maior concentração de poder político-administrativo. Nesse grupo, encontram-se, de forma geral, ministros de Estado e secretários executivos dos ministérios. O gráfico 2 indica que houve estabilidade entre 2013 e 2018 na quantidade de militares nessas posições e que em 2019 o número dobrou, com pequenos aumentos nos anos subsequentes analisados.

GRÁFICO 2

Evolução da ocupação de cargos de NS por militares (2013-2021)



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>. Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

Na tabela 7, é possível observar que o aumento da presença de militares nos cargos de NS foi observado de forma mais expressiva a partir de 2019, na estrutura da Presidência da República e no Ministério da Defesa.

TABELA 7

Cargos de natureza especial, por órgão de exercício (2013-2021)

Órgão de exercício	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)	-	-	-	-	-	-	1	1	1
Ministério da Defesa	4	4	5	5	5	4	6	5	8
Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ)	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Ministério da Pesca e Aquicultura ¹	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Ministério da Saúde (MS)	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ²	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Presidência da República	1	1	1	1	1	1	4	6	5
Total	6	6	6	6	6	6	12	13	14

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>. Elaboração da autora.

Notas: ¹ Atualmente, o Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinto e reformulado como uma secretaria pertencente ao Ministério da Agricultura.

² Atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Social foi extinto e reformulado como a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, pertencente ao Ministério da Cidadania.

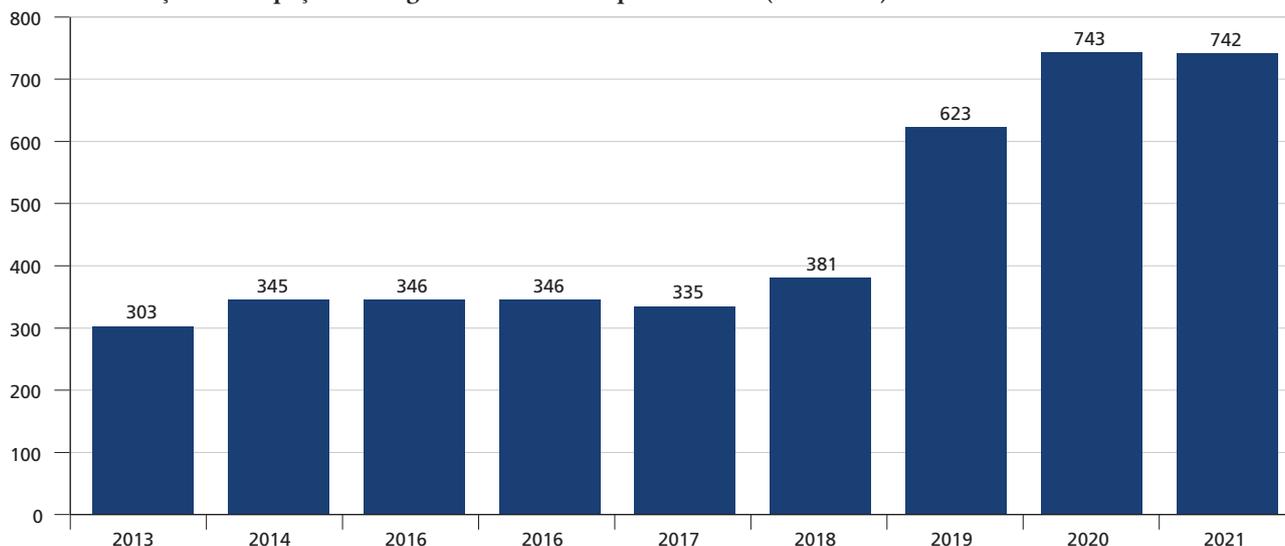
Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

3.1.2 Cargos de DAS e FCPE

No gráfico 3, é exposta a evolução quantitativa da ocupação de cargos de DAS e FCPE por militares entre 2013 e 2021.

GRÁFICO 3

Evolução da ocupação de cargos de DAS e FCPE por militares (2013-2021)



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>.

Elaboração da autora.

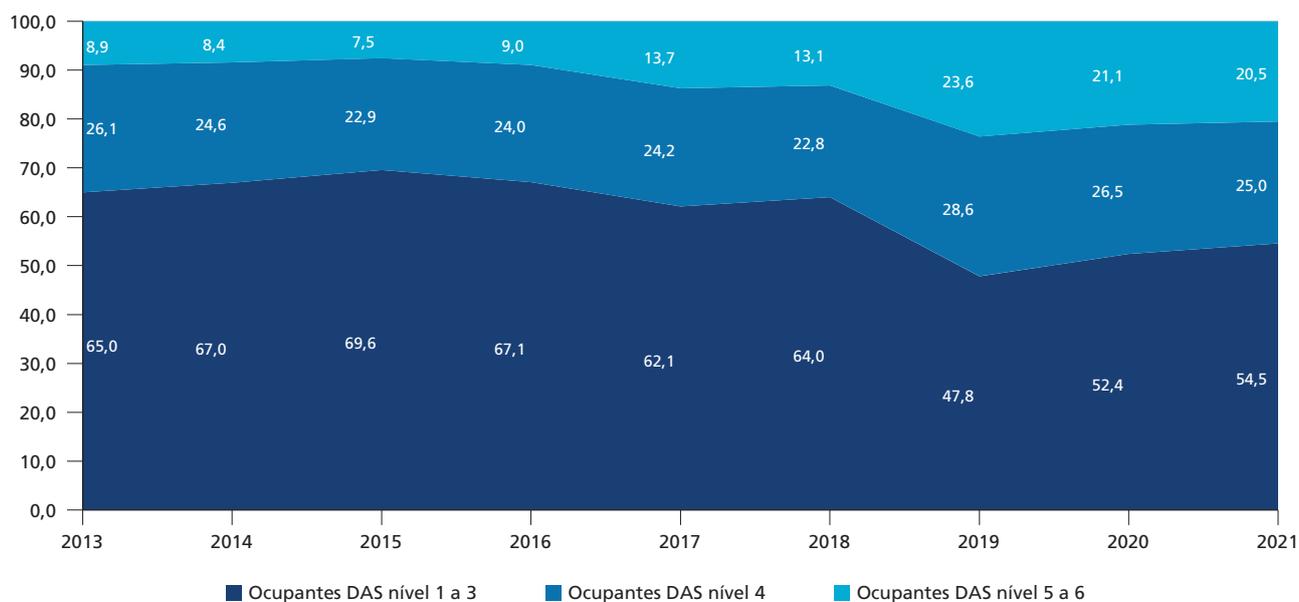
Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

Apenas para os cargos de DAS e FCPE, que são o subconjunto de cargos mais representativos entre aqueles em que se observou ocupação por militares entre 2013 e 2021, foi feito um exercício adicional: dividiram-se os ocupantes entre os cargos mais baixos (DAS 1 a 3); os de cargo de DAS nível 4 (burocratas de médio escalão); e a burocracia dirigente, ocupante de cargos de DAS 5 e 6, também referenciados como “de alto escalão”. O resultado é apresentado no gráfico 4.

GRÁFICO 4

Composição dos cargos de DAS e FCPE ocupados por militares (2013-2021)

(Em %)



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>.

Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

Houve, entre 2013 e 2021, mudança no perfil da composição dos cargos ocupados. Reduziu-se o percentual de cargos em níveis de 1 a 3 de 65% para 54,5%, e aumentou expressivamente a participação de cargos dirigentes na composição da ocupação, o que sinaliza, ainda que inicialmente, um sentido de ascensão desse grupo aos níveis de poder decisório ao longo do período.

Na tabela 8, os dados para ocupantes de DAS e FCPEs são desagregados por nível, e é possível observar que em todos os níveis houve variação positiva da ocupação no período, cabendo destaque para os níveis 5 e 6, de mais alto poder decisório, em que as variações foram muito amplas e marcadas a partir de 2019.

TABELA 8

Trajetória da presença de militares em cargos de DAS e FCPE, por nível do cargo (2013-2021)

Nível	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação percentual (2013-2021)
1	62	78	87	80	72	84	99	125	137	121,0
2	70	77	76	76	68	78	97	113	111	58,6
3	65	76	77	76	68	82	102	151	156	140,0
4	79	85	79	83	81	87	178	197	185	134,2
5	19	21	19	24	36	38	110	120	114	500,0
6	8	8	7	7	10	12	37	37	38	375,0

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>. Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

A tabela 9 mostra em quais órgãos houve exercício, entre 2013 e 2021, de militares ocupando cargos de DAS e FCPEs. É necessário observar na tabela que alguns órgãos listados em que os anos finais não mostram nenhum militar em cargos são em verdade órgãos extintos – como exemplo, tem-se Cultura, Cidades e Esporte –, ou fundidos em novos ministérios¹² nas reformas ministeriais feitas a partir de 2019, de modo que a comparação direta entre o início e o fim do período precisa considerar a instabilidade das estruturas organizacionais dos órgãos. Isto posto, é observável expansão mais significativa da presença no período nas seguintes pastas: Saúde; Minas e Energia; Justiça e Segurança Pública; Cidadania (Desenvolvimento Social); Economia;¹³ Educação; e Meio Ambiente, além da Presidência da República. Apenas no caso da CGU e do Comando do Exército, além do caso dos órgãos extintos no período, foi observada redução desses quadros.

TABELA 9

Cargos de DAS e FCPEs, por órgão de exercício (2013-2021)

Órgão de exercício	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação percentual (2013-2021)
Comando do Exército	10	9	9	7	7	7	-	-	-	-100,0
Controladoria-Geral da União (CGU)	-	-	-	-	3	1	2	2	2	-33,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)	3	3	3	2	1	2	16	11	7	133,3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	5	4	4	4	5	5	7	14	7	40,0
Ministério da Cultura (MinC)	2	2	2	1	2	2	-	-	-	-100,0
Ministério da Defesa	167	194	201	199	155	160	191	211	223	33,5
Ministério da Economia	1	2	4	6	10	15	59	69	84	8.300,0
Ministério da Educação (MEC)	2	3	3	4	6	7	25	20	15	650,0
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e	1	1	2	1	9	7	-	-	-	-100,0

(Continua)

12. Como no caso do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que passaram a compor o Ministério da Economia em 2019. O MTE viria a ser recriado em dezembro de 2021.

13. Aqui, como visto na nota de rodapé anterior, uma comparação direta entre o início e o fim do período precisa considerar as alterações nas estruturas que passaram a compor o órgão em 2019.

(Continuação)

Órgão de exercício	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação percentual (2013-2021)
Ministério da Infraestrutura	14	9	3	2	7	10	22	24	27	92,9
Ministério da Justiça e Segurança Pública	7	8	8	7	12	15	28	59	50	614,3
Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH)	-	-	-	-	-	2	11	3	3	50,0
Ministério da Pesca e Aquicultura	5	5	1	-	-	-	-	-	-	-100,0
Ministério da Saúde	7	7	7	7	5	5	8	36	40	471,4
Ministério das Cidades (MCidades)	-	1	1	-	1	-	-	-	-	n.a.
Ministério das Comunicações (MCom)	1	3	3	4	-	-	-	-	-	-100,0
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	2	2	2	2	2	2	2	4	4	100,0
Ministério de Minas e Energia (MME)	2	2	4	3	1	-	16	22	19	850,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-100,0
Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)	2	2	2	3	3	4	3	6	7	250,0
MDS ¹	3	3	4	3	6	11	17	21	13	333,3
Ministério do Esporte	4	2	1	2	2	3	-	-	-	-100,0
Ministério do Meio Ambiente (MMA) ²	-	1	3	4	2	4	16	29	21	2.000,0
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	7	10	9	10	9	8	-	-	-	-100,0
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	-	-	-	1	1	1	-	-	-	n.a.
Ministério do Turismo (MTur)	-	1	1	1	1	1	3	-	7	n.a.
Poder Executivo federal	-	-	-	-	-	-	-	-	2	n.a.
Presidência da República	57	70	68	72	85	109	197	212	211	270,2
Total	303	345	345	346	335	381	623	743	742	144,9

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>. Elaboração da autora.

Notas: ¹ MDS foi extinto e reformulado como a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, pertencente ao Ministério da Cidadania

² No caso do MMA e do MMFDH, o cálculo foi feito usando-se o primeiro ano do período em que militares foram identificados como ocupantes de cargos nas pastas.

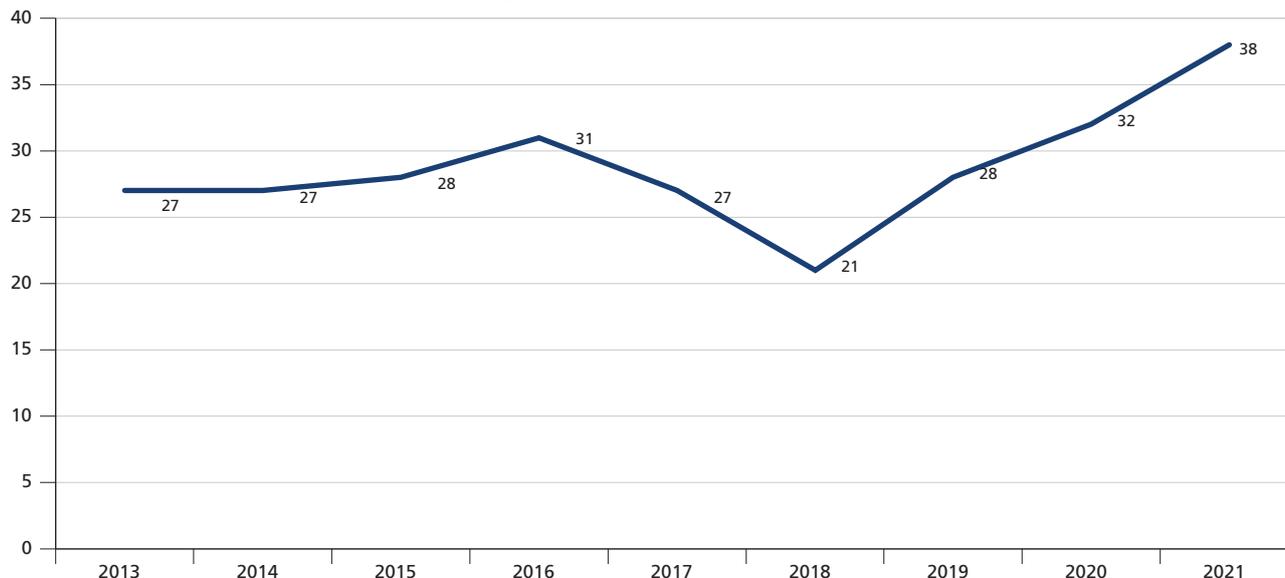
Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

3.1.3 Cargos em agências reguladoras

O gráfico 5 aponta que, em 2013, havia 27 militares ocupando cargos em agências reguladoras, número que vai para 38, em 2021.

GRÁFICO 5

Evolução da ocupação de cargos em agências reguladoras por militares (2013-2021)



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>.
Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

Por sua vez, a tabela 10 mostra a distribuição desses ocupantes de cargos entre as diversas agências. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), cuja estrutura inicial absorveu atribuições, cargos e funções do então Departamento de Aviação Civil (DAC),¹⁴ que pertencia ao Comando da Aeronáutica, ainda é a agência com maior número de militares em cargos. Contudo, cabe observar que o número caiu ao longo do período, tendo aumentado na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na Agência Nacional do Cinema (Ancine), na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

TABELA 10

Cargos ocupados por militares em agências reguladoras, por órgão de exercício (2013-2021)

Agência reguladora	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Anac	23	21	21	21	14	9	9	10	15
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	2	2	2	3	3	2	2	2	2
Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	-	-	-	-	-	-	3	2	2
Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)	-	-	-	-	-	-	1	-	1
ANTT	1	2	2	3	4	3	4	4	3
Anvisa	-	-	-	1	2	2	2	4	4
Ancine	1	1	1	-	-	1	1	1	2
ANP	-	1	2	3	4	4	6	9	9
Total	27	27	28	31	27	21	28	32	38

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>.
Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

3.1.4 Cargos em estatais e empresas públicas

Na tabela 11, constata-se o aumento do número de cargos e funções ocupadas pelos militares em estatais e empresas públicas federais. Os dados apontam uma expansão mais significativa na EBSERH, na Nuclep e na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Em outra análise, apenas na Amazul, esse quantitativo diminuiu. Na Telebras e na Valec, há queda entre 2020 e 2021, mas a presença destas somente foi verificada na base de dados a partir de 2020.

TABELA 11

Cargos ocupados por militares em empresas estatais federais (2013-2021)

Empresa estatal	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S/A	-	-	-	32	34	26	28	26	25
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avan	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)	-	-	-	-	2	2	3	4	3
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São	-	-	1	-	2	2	2	-	2
Empresa Brasil de Comunicação	-	3	6	6	5	5	7	12	13
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	2	5	10	11	14	16	22	25	29
Empresa de Planejamento e Logística S/A (EPL)	-	-	-	-	1	2	4	2	3
Indústrias Nucleares do Brasil	2	2	2	2	2	2	3	4	4
Nuclebrás Equipamentos Pesados	2	3	3	7	7	8	6	6	7
Serviço Federal de Processamento de Dados	-	-	-	2	-	-	1	-	-
Telebras – Telecom. Brasileiras S/A	-	-	-	-	-	-	-	9	5
Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	-	-	-	-	-	-	-	4	3
Total	6	13	22	60	67	63	77	93	96

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do SIAPE. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>. Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

3.1.5 Ocupação de cargos por área de política pública

O conjunto de dados elaborados para este trabalho não apenas permite que a distribuição da ocupação de cargos por militares seja analisada além dos órgãos, mas também identificar os padrões de ocupação nas diferentes áreas de política pública. Nesse sentido, foi feita uma categorização dos órgãos de exercício em seis grandes grupos: governo; controle; econômica; infraestrutura; meio ambiente; e social.¹⁵

Na tabela 12, é exibida a evolução da distribuição da participação de militares na ocupação de cargos¹⁶ em áreas de política pública entre 2013 e 2021. Assim, a tabela expõe, considerando-se o total de militares ocupando cargos a cada ano, o percentual desses militares em diferentes áreas de atuação do Estado.

15. A indicação de órgãos e respectivas áreas adotada para este trabalho é exposta no apêndice A.

16. Para essa análise, foram somados os seguintes cargos: os de agências reguladoras (DAS e técnicos); DAS; NS; FCPE; e cargos e funções em empresas públicas e estatais federais que estão registrados no SIAPE.

TABELA 12

Evolução da distribuição da participação de militares na ocupação de cargos em áreas de política pública (2013-2021)

(Em %)

Área de política pública	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Controle	0,4	1,3	1,3	1,1	0,8	0,5	0,5	0,2	0,6
Econômica	10,0	10,1	9,9	8,9	12,4	13,1	15,1	14,5	16,1
Governo	69,2	66,8	65,7	67,2	64,0	61,8	54,9	53,6	48,7
Infraestrutura	11,9	13,1	12,9	12,6	11,8	10,8	11,7	13,5	15,6
Meio ambiente	0,0	0,3	1,0	0,9	0,5	0,8	1,6	3,3	2,5
Social	8,1	7,7	8,6	8,6	10,2	12,8	15,8	14,8	16,4
Não se aplica	0,4	0,7	0,7	0,6	0,3	0,3	0,4	0,2	0,2
Total	100,0								

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>.

Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

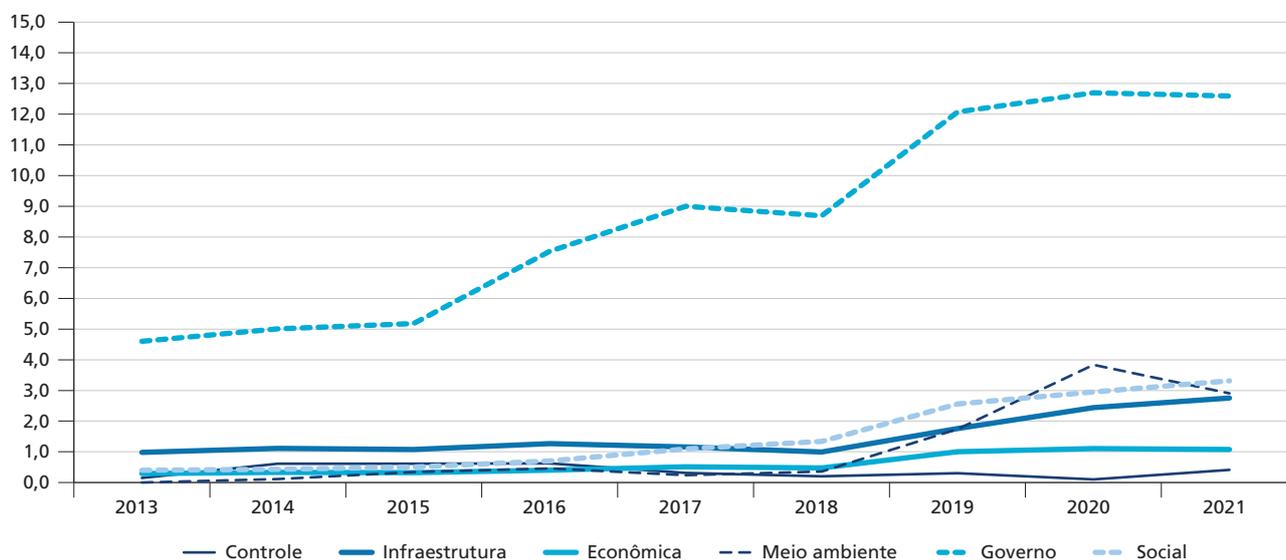
Ao longo de todo o período, a participação foi mais expressiva na área *governo*, que congrega, além da PR e da VPR, pastas como Defesa, Relações Exteriores e Justiça e Segurança Pública. Contudo, observa-se que entre 2013 e 2018 tem início um movimento de desconcentração, com queda da importância relativa da área *governo* em detrimento das demais, especialmente nas áreas *econômica*, *social* e *infraestrutura*. Essa tendência se reforça a partir de 2019. Ainda que as proporções sejam bastante menores que nas demais áreas, cabe destaque para a magnitude da expansão relativa observada na área de meio ambiente no período.

O gráfico 6 exhibe a evolução dos cargos ocupados por militares em relação ao total de cargos existentes por área de política pública.

GRÁFICO 6

Evolução da participação da ocupação de cargos em áreas de política pública (2013-2021)

(Em %)



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência, do Siape e do PEP/ME. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>.

Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

À primeira vista, destaca-se no gráfico a relativa estabilidade observada em todas as áreas de política pública entre 2013 e 2018, ainda que com viés de expansão discreta. Exceção a essa tendência é feita para a participação de militares em cargos da área *governo*, que aumentou durante todo o período analisado. Em todas as áreas, os militares tornam-se uma parcela maior dos ocupantes de cargos nas áreas a partir de 2019, exceção feita ao caso da área *controle*.

A tabela 13 exhibe os mesmos dados do gráfico 6 sob a forma de tabela.

TABELA 13

Evolução da participação da ocupação de cargos em áreas de política pública (2013-2021)

(Em %)

Por área de política pública	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Média (2013-2021)
Controle	0,2	0,6	0,6	0,6	0,3	0,2	0,3	0,1	0,4	0,4
Econômica	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	1,0	1,1	1,1	0,6
Governo	4,6	5,0	5,2	7,5	9,0	8,7	12,1	12,7	12,6	8,6
Infraestrutura	1,0	1,1	1,1	1,3	1,2	1,0	1,8	2,4	2,8	1,5
Meio ambiente	0,0	0,1	0,3	0,5	0,2	0,4	1,7	3,8	2,9	1,1
Social	0,4	0,4	0,5	0,7	1,1	1,3	2,6	3,0	3,3	1,5

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência, do Siape e do PEP/ME. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>. Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

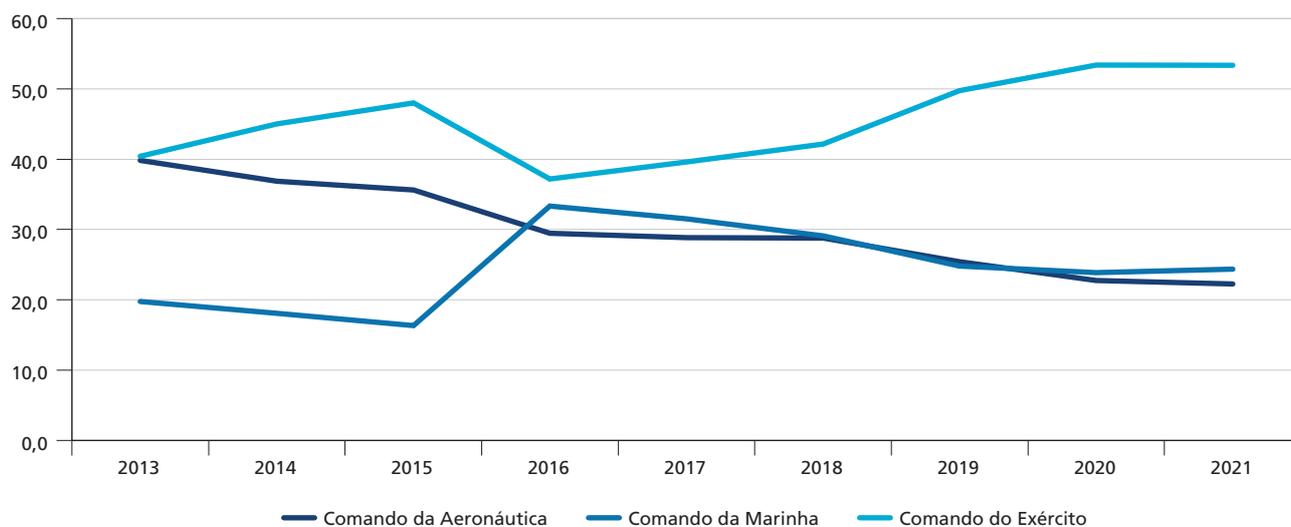
3.2 Fora dos quartéis: quem são os militares ocupantes de cargos na burocracia civil?

Nesta subseção, são apresentados alguns dados sobre o perfil dos militares que têm ocupado cargos na burocracia civil. No gráfico 7, é mostrado como se comportou, no período alcançado por este trabalho, a composição desse grupo de ocupantes de cargo de acordo com a força de origem.

GRÁFICO 7

Origem dos militares ocupantes de cargos, por força armada de origem (2013-2021)

(Em %)



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>. Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

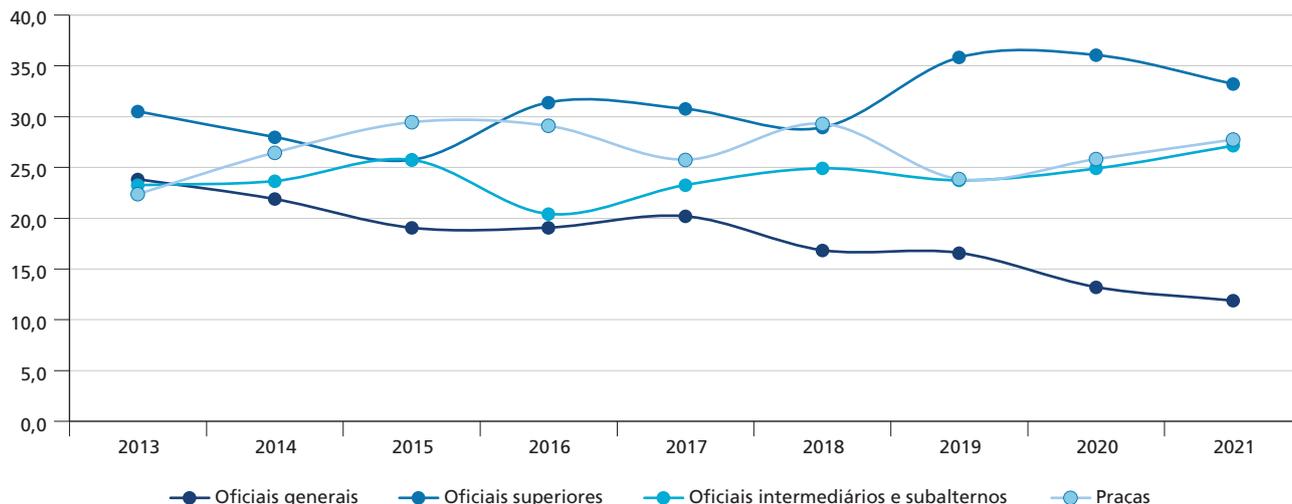
Ainda que com anos de queda relativa entre 2016 e 2018, em todo o período, o Exército manteve-se predominante como força de origem dos nomeados e teve um aumento de participação mais robusto a partir de 2019. A participação da Força Aérea, que era quase igual à do Exército em 2013 (perto dos 40%), decresceu ao longo de todo o período, tendo sido observada estabilidade no caso da Marinha, em torno de 20%, exceção feita apenas a uma participação maior observada entre 2016 e 2018, que coincide com um período em que os ocupantes de cargo de origem do Exército tiveram sua participação relativa minorada.

O gráfico 8 identifica os círculos hierárquicos a que pertencem os militares ocupantes de cargo, entre 2013 e 2021.

GRÁFICO 8

Participação dos círculos hierárquicos entre os ocupantes de cargos (2013-2021)

(Em %)



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, a partir dos dados do Portal de Transparência e do Siape. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ri7BbX>>.

Elaboração da autora.

Obs.: Em todos os anos, os dados apresentados são referentes a junho.

É possível identificar que o grupo mais representativo em todo o período – exceção feita a 2015 – é o dos oficiais superiores. Ao longo do período, os oficiais-generais perderam importância relativa na composição de postos e graduações que foram nomeados para os cargos analisados neste documento: em 2013, eles eram 23,8% dos militares comissionados em cargos e funções civis no Executivo federal; porém, em 2021, sua participação caiu pela metade. A participação de oficiais intermediários e subalternos e de praças variou ao longo do período, mas ambos os grupos eram mais representativos em 2021 que em 2013. Nesse último ano, os oficiais intermediários ou subalternos eram 23,3% dos comissionados, enquanto em 2021 eram 27,1%. Por sua vez, os praças eram 22,4% no começo da série; ao fim do período investigado, já representavam 27,7% dos ocupantes de cargos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta nota técnica foi apresentar dados e análises descritivas sobre a evolução longitudinal da presença de militares na ocupação de cargos em comissão no Poder Executivo federal brasileiro, entre 2013 e 2021. A pertinência e os impactos da (re)inserção recente dos militares em diferentes espaços do Estado brasileiro têm sido objeto de debate social e legislativo no período recente.

As análises desta nota técnica, de natureza descritiva, foram feitas a partir de um exercício viabilizado pela recente disponibilização de microdados pela CGU no Portal da Transparência e tratados pelo Ipea no âmbito do Atlas do Estado Brasileiro.

Os principais achados desse trabalho são a seguir resumidos.

- 1) A presença agregada de militares em cargos e funções comissionadas teve trajetória de aumento de 59% no período analisado. Esse aumento se deu em duas frentes simultâneas: uma pelo aumento do número de cargos e funções militares em si; e outra pelo aumento da presença de militares como ocupantes de cargos e funções civis.
- 2) O número de militares ocupando cargos e funções civis aumentou 193% no período analisado.
- 3) A observação da trajetória dos cargos agregados e em valores absolutos aponta para uma tendência de expansão do número de militares em todo o período, como ocupantes de cargos e funções civis em agências reguladoras, NS, DAS, FCPEs e empresas estatais federais que estão registrados no Siape. O maior aumento proporcional foi observado, contudo, entre 2018 e 2019.
- 4) Ao analisar-se a evolução da participação dos militares na ocupação desses cargos em termos relativos, constata-se também que, apesar dos percentuais baixos em relação ao total de ocupantes de cargos e funções, houve aumento na participação entre o início e o fim do período. No caso dos cargos de NS, os percentuais de militares no total de cargos são bastante mais relevantes, saindo de 6,3%, em 2013, para quase 16%, em 2021.

- 5) Um achado adicional foi na qualificação desses cargos ocupados por militares em relação à hierarquia decisória no Poder Executivo federal: em todos os níveis, houve variação positiva da ocupação no período, cabendo destaque para os níveis 5 e 6, de mais alto poder decisório, em que as variações foram muito amplas e marcadas a partir de 2019.
- 6) Foi constatado também pelos dados apresentados que, ao longo de todo o período, a participação foi mais expressiva na área *governo*. Contudo, observa-se que entre 2013 e 2018 tem início um movimento de desconcentração, com queda da importância relativa da área *governo* em detrimento das demais, especialmente nas áreas econômica, social e de infraestrutura. Essa tendência se reforça a partir de 2019. Ainda que as proporções sejam bastante menores que nas demais áreas, cabe destaque para a magnitude da expansão relativa observada na área de meio ambiente no período.
- 7) O Exército foi, em todo o período analisado, a força de origem da maior parte dos ocupantes de cargo, tendo havido perda de participação por parte da Força Aérea brasileira. No caso da Marinha, houve estabilidade em torno de 20%, exceção feita apenas a uma participação maior observada entre 2016 e 2018.
- 8) No que concerne aos círculos hierárquicos de origem dos nomeados, o grupo que se mostrou mais representativo foi o dos oficiais superiores, tendo, entre 2013 e 2021, os oficiais gerais perdido importância relativa nas indicações. Tanto os oficiais intermediários ou subalternos quanto os praças tiveram aumento moderado de participação na composição.

O conjunto de dados do Atlas do Estado Brasileiro teve aqui algumas análises iniciais voltadas para a presença de militares em cargos e funções na burocracia. Pretende-se dar seguimento a este primeiro estudo em novas abordagens ainda possíveis e necessárias.

REFERÊNCIAS

LUTZ, C. Militarization. In: CALLAN, H. (Ed.). **The International Encyclopedia of Anthropology**. Hoboken: Wiley Blackwell, 2018. p. 1-4.

MATHIAS, S. K. (Org.). **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação – 1963-1990**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

PENIDO, A.; KALIL, S. O partido militar no sistema político brasileiro. In: SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR SOBRE O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO; JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11., 2021, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Impa, 2021.

SCHMIDT, F. H. Trajetória dos militares na burocracia federal brasileira: notas iniciais. In: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do Estado Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2022. No prelo.

ANEXO A

QUADRO A.1
Cargos e funções civis

AS	
Comissionados de direção e assessoramento superior (DAS)	
AS-0001	
AS-0002	
Cargo de assessoria (CA)	
Comissionados de DAS	
CA-0001	
CA-0002	
CA-0003	
CAS	
Comissionados de direção e DAS	
CAS-0001	
CAS-0002	
CCD	
Comissionados de DAS	
CCD-0001	
CCD-0002	
CCT	
Funções e gratificações técnicas	
CCT-0001	
CCT-0002	
CCT-0003	
CCT-0004	
CCT-0005	
CCX	
CCX-0105	
CCX-0106	
CCX-0107	
CCX-0108	
CCX-0110	
CCX-0111	
CCX-0112	
CCX-0113	
CCX-0115	
CCX-0117	
CCX-0118	
CCX-0205	
CCX-0206	
CCX-0207	
CCX-0209	
CCX-0210	
CCX-0211	
CCX-0213	

(Continua)

(Continuação)

CCX-0215
CCX-0217
CCX-0310
CCX-0313
CCX-0315
Cargo de direção (CD) Comissionados de DAS
CD-0001
CD-0002
CD-0003
CD-0004
CDE Comissionados de DAS
CDE-0001
Cargo de diretor técnico (CDT) Comissionados de DAS
CDT-0001
CGE Comissionados de DAS
CGE-0001
CGE-0002
CGE-0003
CGE-0004
CPA Comissionados de DAS
CPA-0001
CPL Comissionados de DAS
CPL-0001
Cargo de superintendente (CSP) Comissionados de DAS
CSP-0001
Cargo de supervisor (CSU) Comissionados de DAS
CSU-0001
DAS Comissionados de DAS
DAS-0000
DAS-1
DAS-2
DAS-3
DAS-4
DAS-5
DAS-6
Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (ECF-Funpresp) ⁶
ECF-0001(FUN)
ECF-0002(FUN)
ECF-0003(FUN)

(Continua)

(Continuação)

ECF-0004(FUN)
ECF-0009(FUN)
ECF-0010(FUN)
ECF-0013(FUN)
ECF-0014(FUN)
ECF-0016(FUN)
FCD Comissionados de DAS
FCD-0001
FCD-0002
FCD-0003
FCD-0004
FCI Comissionados de DAS
FCI-0001
FCI-0002
FCI-0003
FCT Funções e gratificações técnicas
FCT-0001
FCT-0002
FCT-0003
FCT-0004
FCT-0005
FCT-0006
FCT-0007
FCT-0008
FCT-0009
FCT-0010
FCT-0011
FCT-0012
FCT-0013
FCT-0014
FCT-0015
FDI Comissionados de DAS
FDI-0001
FDI-0002
FDI-0003
FEX
FEX-0102
FEX-0103
FEX-0104
FEX-0105
FEX-0106
FEX-0107
FEX-0110
FEX-0113
FEX-0114
FEX-0115
FEX-0117

(Continua)

(Continuação)

FEX-0202
FEX-0206
FEX-0207
FEX-0208
FEX-0210
FEX-0211
FEX-0212
FEX-0213
FEX-0215
FEX-0217
FEX-0313
FEX-0402
FEX-0404
FEX-0406
FEX-0408
FEX-0410
FEX-0411
FEX-0413
FG Funções e gratificações técnicas
FG-0001
FG-0002
FG-0003
FG-0004
FG-0005
FG-0006
FG-0007
FG-0008
FG-0009
FGE Funções e gratificações técnicas
FGE-0001
FGE-0002
FGE-0003
FGR Funções e gratificações técnicas
FGR-0001
FGR-0002
FGR-0003
FIN Funções e gratificações técnicas
FIN-0001
FIN-0002
FIN-0003
FIN-0004
FND Funções e gratificações técnicas
FND-0001
FND-0002

(Continua)

(Continuação)

FND-0003
FPA-Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ)
FPA-0001(MJ)
FPE Comissionados de DAS
FPE-1011
FPE-1012
FPE-1013
FPE-1014
FPE-1015
FPE-1016
FPE-1021
FPE-1022
FPE-1023
FPE-1024
FPE-1025
FPE-1031
FPE-1032
FPE-1033
FPE-1034
FPE-1035
FPE-1041
FPE-1042
FPE-1043
FPE-1044
FPR Comissionados de DAS
FPR-0002
FPR-0003
FPR-0004
Função técnica (FT) Funções e gratificações técnicas
FT-0001
FT-0002
FT-0003
FUC Funções e gratificações técnicas
FUC-0001
GNE-EX-TER/A Comissionados de DAS
GNE-0001(EX-TER/A)
GNE-0002(EX-TER/A)
GNE-0003(EX-TER/A)
GNE-0004(EX-TER/A)
GNE-0005(EX-TER/A)
GNE-EX-TER/R Comissionados de DAS
GNE-0001(EX- TER/R)

(Continua)

(Continuação)

GNE-0002(EX- TER/R)
GNE-0003(EX- TER/R)
GR Funções e gratificações técnicas
GR-0001
GR-0002
GR-0003
GR-0004
GSE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Funções e gratificações técnicas
GSE-0001 (IBGE)
GSE-0002 (IBGE)
GSE-0003 (IBGE)
GSE-0004 (IBGE)
GSE-0005 (IBGE)
GSE-0006 (IBGE)
GSE-0007 (IBGE)
GSE-0008 (IBGE)
GT-Advocacia-Geral da União (AGU) Funções e gratificações técnicas
GT-0001 (AGU)
GT-0002 (AGU)
GTS Funções e gratificações técnicas
GTS-0001
GTS-0002
GTS-0003
NE-001 Comissionados de DAS
Sem nível e função
NES Comissionados de DAS
Chefe de gabinete pessoal da Presidência da República (PR)
Consultor-geral da União
Corregedor-geral da AGU
Defensor público-geral da União
NES-0043
NES-0044
NES-0045
NES-0046
NES-0047
NES-0050
NES-0052
NES-0054
NES-0055
NES-0056
NES-0057
NES-0058

(Continua)

(Continuação)

NES-0059
NES-0061
NES-0062
NES-0063
NES-0065
NES-0066
NES-0067
NES-0070
NES-0071
NES-0072
NES-0073
NES-0075
NES-0078
NES-0080
NES-0081
NES-0082
NES-0083
NES-0084
NES-0085
NES-0086
NES-0087
NES-0088
NES-0089
NES-3803
Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB)
Procurador-geral da União
Procurador-geral da Fazenda Nacional
Secretário executivo
Secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Secretário-geral de consultório
Secretário-geral de Contenciosos
Subchefe da Casa Civil/PR
Subchefe da Casa Militar/PR
Subdefensor público-geral da União
RGA-Agência Brasileira de Inteligência (Abin)
Funções e gratificações técnicas
RGA-0001(ABI)
RGA-0002(ABI)
RGA-0003(ABI)
RGA-0004(ABI)
RGA-0005(ABI)
RGA-AGU
Funções e gratificações técnicas
RGA-0001 (AGU)
RGA-0002 (AGU)
RGA-0003 (AGU)
RGA-0004 (AGU)

(Continua)

RGA-CGU/PR	
Funções e gratificações técnicas	
RGA-0001(CGU)	
RGA-0002(CGU)	
RGA-0004(CGU)	
RGA-0005(CGU)	
RGA-Ministério das Comunicações (MCom)	
RGA-0003(MCom)	
RGA-0004(MCom)	
RGA-0005(MCom)	
RGA-Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)	
Funções e gratificações técnicas	
RGA-0003(MCTI)	
RGA-0004(MCTI)	
RGA-0005(MCTI)	
RGA-MD	
RGA-0001(MD)	
RGA-0003(MD)	
RGA-0004(MD)	
RGA-0005(MD)	
RGA-Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)	
Funções e gratificações técnicas	
RGA-0001(MMFDH)	
RGA-0002(MMFDH)	
RGA-0003(MMFDH)	
RGA-0004(MMFDH)	
RGA-0005(MMFDH)	
RGA-Ministério da Economia (ME)	
RGA-0002(ME)	
RGA-0004(ME)	
RGA-MJ	
Funções e gratificações técnicas	
RGA-0001(MJ)	
RGA-0002(MJ)	
RGA-0003(MJ)	
RGA-0004(MJ)	
RGA-0005(MJ)	
RGA-Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União (MTFCGU)	
Funções e gratificações técnicas	
RGA-0001(MTFCGU)	
RGA-0002(MTFCGU)	
RGA-0004(MTFCGU)	
RGA-0005(MTFCGU)	
RGA-PR	
Funções e gratificações técnicas	
RGA-0001 (PR)	
RGA-0002 (PR)	

(Continuação)

RGA-0003 (PR)
RGA-0004 (PR)
RGA-0005 (PR)
RGA-VPR Funções e gratificações técnicas
RGA-0001 (VPR)
RGA-0002 (VPR)
RGA-0003 (VPR)
RGA-0004 (VPR)
RGA-0005 (VPR)
RGM Funções e gratificações técnicas
RGM-1211
RGM-1212

Fonte: PEP/ME. Disponível em: <<https://bit.ly/2Pt7cmZ>>.

Obs.: O conteúdo deste quadro foi mantido conforme o original disponibilizado pelo PEP/ME.

QUADRO A.2

Cargos e funções militares

RMA Funções e gratificações técnicas
RMA-0004 (MCTI)
RMA-0005
RMA-Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)
RMA-0003 (Anac)
RMA-0005 (Anac)
RMA-Estados Maior das Forças Armadas (EMFA) Funções e gratificações técnicas
RMA-0001 (EMFA)
RMA-0002 (EMFA)
RMA-0003 (EMFA)
RMA-0004 (EMFA)
RMA-0005 (EMFA)
RMA-MCom
RMA-0004 (MCom)
RMA-0005 (MCom)
RMA-PR Funções e gratificações técnicas
RMA-0001 (PR)
RMA-0002 (PR)
RMA-0003 (PR)
RMA-0004 (PR)
RMA-0005 (PR)
RMA-VPR Funções e gratificações técnicas
RMA-0001 (VPR)

(Continua)

(Continuação)

RMA-0002 (VPR)
RMA-0003 (VPR)
RMA-0004 (VPR)
RMA-0005 (VPR)
RMP-Anac
RMP-0002 (Anac)
RMP-0005 (Anac)
RMP-EMFA
Funções e gratificações técnicas
RMP-0001 (EMFA)
RMP-0002 (EMFA)
RMP-0003 (EMFA)
RMP-0004 (EMFA)
RMP-0005 (EMFA)
RMP-PR
Funções e gratificações técnicas
RMP-0001 (PR)
RMP-0002 (PR)
RMP-0003 (PR)
RMP-0004 (PR)
RMP-0005 (PR)
RMP-VPR
Funções e gratificações técnicas
RMP-0001 (VPR)
RMP-0002 (VPR)
RMP-0003 (VPR)
RMP-0004 (VPR)
RMP-0005 (VPR)

Fonte: PEP/ME. Disponível em: <<https://bit.ly/2Pt7cmZ>>.

Obs.: O conteúdo deste quadro foi mantido conforme o original disponibilizado pelo PEP/ME.

APÊNDICE A

QUADRO A.1
Órgãos e áreas de política pública

Órgão	Área de política pública
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S/A	Governo
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	
Comando da Aeronáutica	
Comando do Exército	
Comando da Marinha	
Defensoria Pública da União (DPU)	
Empresa Brasil de Comunicação (EBC)	
Fundação Nacional do Índio (Funai)	
Fundação Osório	
Ministério da Defesa	
Ministério da Justiça e Segurança Pública	
Ministério das Relações Exteriores	
Presidência da República	
Vice-Presidência da República	
Agência Espacial Brasileira	Econômica
Banco Central do Brasil (BCB)	
Banco do Brasil S/A (BB)	
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada	
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	
Comissão Nacional de Energia Nuclear	
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)	
Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)	
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	
Escola Nacional de Administração Pública (Enap)	
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	
Instituto Brasileiro de Turismo	
Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)	
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	
Indústrias Nucleares do Brasil (INB)	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)	
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	
Ministério da Economia	
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	
Ministério da Pesca e Aquicultura	
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	

(Continua)

Órgão	Área de política pública
Ministério do Turismo (MTur)	Econômica
Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	
Superintendência da Zona Franca de Manaus	
Superintendência de Seguros Privados	
Superintendência Nacional de Previdência Complementar	
Agência Nacional de Aviação Civil	Infraestrutura
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	
Agência Nacional de Mineração (ANM)	
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)	
Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	
Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)	
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte)	
Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)	
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São	
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	
Departamento Nacional de Produção Mineral	
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)	
Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A (Embratel)	
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	
Empresa de Planejamento e Logística S/A (EPL)	
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A	
Ministério das Cidades (MCidades)	
Ministério das Comunicações	
Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)	
Ministério da Infraestrutura	
Ministério de Minas e Energia (MME)	
Nuclebrás Equipamentos Pesados	
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste	
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	
Telebras – <i>holding</i>	
Telebras – Telecomunicações Brasileiras S/A	
Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	
Agência Nacional do Cinema (Ancine)	Social
Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)	
Autoridade de Governança do Legado Olímpico	
Autoridade Pública Olímpica	
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	
Colégio Pedro II	

Órgão	Área de política pública
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)	Social
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)	
Fundação Biblioteca Nacional	
Fundação Casa de Rui Barbosa	
Fundação Cultural Palmares	
Fundação Joaquim Nabuco	
Fundação Nacional de Artes	
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	
Fundação Nacional de Saúde	
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	
Hospital Nossa Senhora da Conceição	
Instituto Brasileiro de Museus	
Instituto Benjamin Constant	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan)	
Instituto Federal Baiano	
Instituto Federal Catarinense	
Instituto Federal da Bahia	
Instituto Federal da Paraíba	
Instituto Federal de Alagoas	
Instituto Federal de Brasília	
Instituto Federal de Goiás	
Instituto Federal de Mato Grosso	
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	
Instituto Federal de Minas Gerais	
Instituto Federal de Pernambuco	
Instituto Federal de Rondônia	
Instituto Federal de Roraima	
Instituto Federal de Santa Catarina	
Instituto Federal de São Paulo	
Instituto Federal de Sergipe	
Instituto Federal do Acre	
Instituto Federal do Amapá	
Instituto Federal do Amazonas	
Instituto Federal do Ceará	
Instituto Federal do Espírito Santo	
Instituto Federal do Maranhão	
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	
Instituto Federal do Pará	
Instituto Federal do Paraná	
Instituto Federal do Piauí	
Instituto Federal do Rio de Janeiro	
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	

(Continuação)

Órgão	Área de política pública
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Social
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	
Instituto Federal do Tocantins	
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	
Instituto Federal Farroupilha	
Instituto Federal Fluminense	
Instituto Federal Goiano	
Instituto Federal Sul-rio-grandense	
Instituto Nacional de Educação de Surdos	
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	
Ministério da Cultura (MinC)	
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)	
Ministério da Educação (MEC)	
Ministério do Esporte	
Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	
Ministério da Previdência Social (MPS)	
Ministério da Saúde (MS)	
Universidade de Brasília	
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	
Universidade Federal da Bahia	
Universidade Federal da Fronteira Sul	
Universidade Federal da Grande Dourados	
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	
Universidade Federal da Paraíba	
Universidade Federal de Alagoas	
Universidade Federal de Alfenas	
Universidade Federal de Campina Grande	
Universidade Federal de Ciências da Saúde	
Universidade Federal de Goiás	
Universidade Federal de Itajubá	
Universidade Federal de Juiz de Fora	
Universidade Federal de Lavras	
Universidade Federal de Mato Grosso	
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Universidade Federal de Minas Gerais	
Universidade Federal de Ouro Preto	
Universidade Federal de Pelotas	
Universidade Federal de Pernambuco	
Universidade Federal de Rondônia	
Universidade Federal de Roraima	

(Continua)

Órgão	Área de política pública
Universidade Federal de Santa Catarina	Social
Universidade Federal de Santa Maria	
Universidade Federal de São Carlos	
Universidade Federal de São João del Rei	
Universidade Federal de São Paulo	
Universidade Federal de Sergipe	
Universidade Federal de Viçosa	
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	
Universidade Federal do ABC	
Universidade Federal do Acre	
Universidade Federal do Amapá	
Universidade Federal do Amazonas	
Universidade Federal do Cariri	
Universidade Federal do Ceará	
Universidade Federal do Espírito Santo	
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	
Universidade Federal do Maranhão	
Universidade Federal do Oeste da Bahia	
Universidade Federal do Oeste do Pará	
Universidade Federal do Pampa	
Universidade Federal do Pará	
Universidade Federal do Paraná	
Universidade Federal do Piauí	
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	
Universidade Federal do Rio de Janeiro	
Universidade Federal do Rio Grande	
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
Universidade Federal do Sul da Bahia	
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	
Universidade Federal do Tocantins	
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	
Universidade Federal do Vale do São Francisco	
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha	
Universidade Federal Fluminense	
Universidade Federal Rural da Amazônia	
Universidade Federal Rural de Pernambuco	
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	
Universidade Federal Rural do Semiárido	
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
Advocacia-Geral da União	Controle
Controladoria-Geral da União (CGU)	

TABELA B.1
Presença de Militares no Siape, sem informação de função

Município	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Ativo	Inativo										
Alagoas	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128
Alagoas - capital	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128
Alagoas - demais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128
Amazonas - capital	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128
Amazonas - demais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amapá	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128
Amapá - capital	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128
Amapá - demais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraná	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128
Paraná - capital	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128
Paraná - demais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

 **Clique aqui para visualizar**

Elaboração da autora.

Obs.: Para a visualização da tabela em sua integralidade, favor acessar: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/7/NT_63_Diest_Apendice_B_TabelaB1.pdf> (nota do Editorial).

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Chefia

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Brena Rolim Peixoto da Silva (estagiária)

Nayane Santos Rodrigues (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danielle de Oliveira Ayres

Danilo Leite de Macedo Tavares

Leonardo Hideki Higa

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

